

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Cenário Macroeconômico

O agravamento da crise política e econômica marcou o primeiro semestre de 2016 no Brasil. A forte contração de 3,8% do PIB em 2015 veio acompanhada da piora do mercado de trabalho, com a elevação da taxa de desemprego, e de intensas pressões inflacionárias que levaram o IPCA a fechar em dois dígitos pela primeira vez em mais de 10 anos.

No Brasil, a crise de confiança se acentuou nos primeiros meses do ano, até a confirmação da mudança política. O crescente descontrole fiscal, representado pelo déficit nominal superior a 10% do PIB em 2015 e pela incapacidade do governo de promover os ajustes necessários diante das pressões políticas, levou à explosão dos prêmios de risco do Brasil ao final de janeiro. Neste contexto, o dólar alcançou picos acima de R\$ 4,10/US\$, alimentando a inflação e os temores fiscais. No âmbito econômico, a contração da atividade prosseguiu no primeiro trimestre, com quedas do PIB de 0,3% na comparação com o quarto trimestre de 2015 e de 5,4% ante o primeiro trimestre de 2015. Na abertura pelo lado da demanda, ainda utilizando a comparação com o primeiro trimestre de 2015, os investimentos continuaram sendo o destaque negativo (-17,5%), ressaltando-se também o desempenho adverso do consumo das famílias (-6,3%). Pelo lado da oferta as baixas foram disseminadas, embora com o setor industrial ainda exibindo a maior contração (-7,3%). O segmento de serviços, de maior peso na economia, cedeu 3,7%, enquanto o competitivo setor agropecuario também sofreu queda de 3,7%, afetado por choques de oferta. Mesmo diante do contexto desfavorável, o PIB do agronegócio tem expectativa, ainda que limitada, de crescimento para 2016, de 1,2% em relação a 2015, quando apresentou alta de 1,8%. Os números do primeiro trimestre, apesar de negativos, foram ligeiramente melhores que os esperados. Porém, os dados referentes à abril e maio ainda não indicaram uma estabilização das atividades no período, algo que deve ocorrer apenas ao longo da segunda metade do ano. O Índice de Atividade Econômica – IBC-Br, medido pelo Banco Central, chegou a exibir leve alta de 0,07% na margem em abril, mas voltou a ceder com força em maio (-0,51%), sustentando a expectativa de nova queda do PIB na margem no 2º trimestre.

O consumo das famílias foi parte importante da piora de demanda. Nos cinco primeiros meses do ano, as vendas no varejo restrito recuaram 7,3% na comparação com o mesmo período do ano passado. O fraco desempenho do consumo está relacionado, entre outras variáveis, à piora das condições no mercado de trabalho. A taxa de desemprego, medida pela PNAD contínua, atingiu 11,2% no primeiro trimestre de 2016, contra 8,1% registrados no mesmo período de 2015.

Em relação ao crédito, o quadro permaneceu adverso nos primeiros meses do ano. No acumulado de janeiro a maio, as concessões de recursos livres (pessoas físicas - PF e pessoas jurídicas - PJ) cederam 6,5% na comparação com o mesmo período de 2015. O recuo foi mais forte no caso das PJ (-10,5% e -18,5% respectivamente para os anos de 2015 e 2016), reflexo do contexto de recessão econômica e graves dificuldades financeiras para as empresas. Também como resultado dessa conjuntura, as taxas de inadimplência das operações para PJ têm renovado os picos históricos nos últimos meses, tendo alcançado 5,4% em maio. Para pessoas físicas, a inadimplência tem ensaiado certa acomodação pouco acima de 6,0%. Do ponto de vista inflacionário, o IPCA manteve uma trajetória lenta de desaceleração, ainda pressionado por resquícios de elevações de tarifas públicas, por choques de preços de alimentos e pelo elevado componente inercial presente na inflação no Brasil. Com isso, a variação do IPCA em 12 meses, que encerrou 2015 em 10,67%, cedeu para 8,84% nos 12 meses finalizados em junho. Neste contexto, a política monetária tem mantido postura restritiva. A taxa Selic sofreu um aumento total de 250 pontos-base durante o ano de 2015, sendo mantida em 14,25% ao longo do primeiro semestre deste ano. Porém, as expectativas de inflação continuaram desancoradas da meta, diante do descontrole fiscal e das turbulências políticas.

A política fiscal consolidou-se como o aspecto mais crítico da conjuntura macroeconômica brasileira. A forte recessão econômica afetou a receita tributária federal, que recuou 7,0% em termos reais nos cinco primeiros meses de 2016, na comparação com o mesmo período do ano passado. Já a despesa total do governo central cresceu 1,4% em termos reais no mesmo período, com destaque para a elevação das despesas previdenciárias (5,2%). Para o ano, a meta de déficit primário estabelecida pelo governo ficou em R\$ 170 bilhões, cenário ainda pior ante o déficit de R\$ 111,2 bilhões em 2015. As contas externas sustentaram o ajuste iniciado no ano de 2015, em meio à recessão interna e à desvalorização cambial. Nos cinco primeiros meses de 2016 o déficit em transações correntes somou US\$ 1,2 bilhão, montante inferior ao registrado no mesmo período do ano anterior (-US\$ 35,3 bilhões), em decorrência da melhora dos saldos da balança comercial. No contexto internacional, o primeiro semestre de 2016 não apresentou alterações significativas no panorama recente, com a manutenção de incertezas e da percepção de um ritmo apenas moderado da economia global, embora com consideráveis disparidades entre países e regiões. Ao final do semestre, a inesperada decisão do Reino Unido de deixar a União Europeia amplificou o quadro de indefinições, com impactos ainda pouco claros na economia global. Nos Estados Unidos, os primeiros meses do ano indicaram uma economia menos aquecida do que o esperado, o que levou o *Federal Reserve* a não promover elevação adicional da taxa de juros, após o aumento promovido em dezembro do ano passado. A geração de empregos no país perdeu fôlego nos últimos meses, embora tenha ocorrido uma recuperação em junho. A expectativa de expansão é de 2% do PIB em 2016.

No caso da China, a despeito da manutenção dos temores com seu processo de transição econômica, o país conseguiu manter um ritmo robusto e crescimento nos dois primeiros trimestres de 2016, em 8,7% na base anual. É importante ressaltar que o PIB chinês tem sido sustentado graças a volumosos e crescentes estímulos, principalmente no crédito, panorama que não poderá ser mantido no médio e longo prazos. Apesar de a economia chinesa continuar robusta no curto prazo, os riscos para o médio prazo persistem e podem ser influenciados pelo crescente expansionismo incentivado pelo Estado.

Em resumo, o 1º semestre de 2016 foi marcado por fortes ruídos políticos e adversidades econômicas no Brasil, que resultaram na mudança do comando do país e na indicação de uma nova direção para a política econômica, mesmo que tal transição ainda tenha que ser confirmada no segundo semestre. Os ajustes em curso reabriram a possibilidade de uma retomada do crescimento econômico a partir do final deste ano, mas o ritmo tende a ser gradual diante das restrições e dos desequilíbrios existentes. O cenário para os próximos meses mostra-se mais promissor, com a incipiente melhora da confiança dos agentes, a expectativa de gradual recuperação da atividade, queda da inflação e corte na taxa de juros, prêmios de risco mais baixos e ativos domésticos mais valorizados em relação ao padrão recente e, principalmente, com uma condução responsável da economia e o encaminhamento de reformas importantes.

2. BANCOOB

O Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob), em sua operação inicial, tinha como condição promover a autonomia operacional das cooperativas. Na sequência, o Banco passou a atuar na engenhagem da atividade bancária, com a finalidade de reforçar o volume de captação de recursos para o SICOOB. Desde então, o Bancoob vem evoluindo no processo de agregar fatores de competitividade às cooperativas atuando na diversificação de produtos

financeiros, buscando também o fortalecimento da estrutura patrimonial, a fim de fornecer subsídios relevantes para as cooperativas. Atualmente, compõem o conglomerado Bancoob as empresas Cabal Brasil Ltda., Bancoob Distribuidora de Títulos Mobiliários Ltda. – Bancoob DTVM, Ponta Administradora de Consórcios Ltda. e Bancoob Participações em Seguridade S.A. – Bancoob Par Seguridade. O Bancoob também é fundador e patrocinador da Fundação Sicoob Previ. Essas empresas viabilizam soluções financeiras nos segmentos de cartões, fundos de investimento, consórcios, seguros e previdência privada.

Na essência da atividade bancária, destaca-se no primeiro semestre de 2016 o crescimento de 7,64% nas operações de crédito do Bancoob em relação ao mesmo período de 2015, alcançando o valor de R\$ 9,55 bilhões. Destaca-se, também, o saldo de poupança do Banco que, no mesmo período, cresceu 9,26% contra uma retração de 1% do saldo total dos depósitos de poupança do mercado.

No âmbito das ações do Banco voltadas aos produtos e serviços financeiros ofertados aos associados do Sicoob, há que se destacar a autorização do Banco Central para criação da carteira de crédito imobiliário e a transformação do Bancoob em banco múltiplo. No produto cartões a base total, em junho de 2016, alcançou 2,5 milhões de plásticos, apresentando incremento de 22% em relação a 2015. O faturamento de cartões teve um expressivo crescimento de 39% no mesmo período, com R\$ 7,1 bilhões de movimentação. A expansão da base de cartões junto aos sistemas cooperativos parceiros contribuiu com cerca de 25% da movimentação financeira do semestre. Nas operações de consórcios, a Ponta Administradora atingiu, em junho deste ano, a marca de R\$ 2,1 bilhões de carteira administrada.

Com foco nos associados, pessoas jurídicas, o produto Sipag envia esforços no credenciamento de estabelecimentos para a utilização de pontos de venda do comércio (POS) para aceitação dos cartões das principais bandeiras do mercado. No primeiro semestre de 2016, apresentou um crescimento de 51% em relação ao mesmo período de 2015, com mais de 36 mil estabelecimentos credenciados. No volume de liquidações, o crescimento no mesmo semestre foi de 69%, totalizando R\$ 6 bilhões. Acompanhando a dinâmica das novas formas de atendimento bancário, como, por exemplo, as facilidades disponibilizadas em smartphones, a Cabal Brasil lançou em junho os aplicativos “Sicoob Minhas Finanças” e o “SicoobCard Mobile”. O resultado do Bancoob, no primeiro semestre de 2016, está alinhado às diretrizes da organização sistêmica do Sicoob, visando ao melhor retorno possível aos associados e às suas comunidades, notadamente por meio do fomento à atividade econômica local.

3. Performance

O Bancoob encerrou o primeiro semestre de 2016 com ativos totais consolidados de R\$ 30,37 bilhões, aumento de 19% em relação ao mesmo período do ano anterior, destacando-se:

a. Aplicações interfinanceiras de liquidez e TVM

Com montante de R\$ 17,28 bilhões em junho de 2016, tem expressiva participação de títulos públicos federais em sua composição (LFTs, LTNs e NTNs), o que equivale a 72,8% do total. Os títulos classificados como “mantidos até o vencimento”, no valor de R\$ 115 milhões, estão amparados por estudos de capacidade financeira.

b. Operações de crédito

A carteira de crédito totalizou R\$ 9,55 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 7,64% em relação ao primeiro semestre de 2015. Na composição total, destacam-se as linhas de Crédito Rural – Recursos Obrigatórios, Pronamp, Poupança Rural, BNDES/Finame, Pronaf e Consignado. As operações realizadas com recursos próprios apresentaram desempenho positivo. A carteira de crédito consignado (Crédito Consignado INSS e Tradicional), por exemplo, atingiu o valor de R\$ 446,25 milhões, um aumento de 25,78% em relação ao primeiro semestre de 2015.

c. Depósitos

Os depósitos alcançaram, no primeiro semestre de 2016, o valor de R\$ 22,58 bilhões, um aumento de 18,62% em relação ao mesmo período do ano anterior, demonstrando o comprometimento do Bancoob em ser veículo de aplicação dos recursos oriundos das cooperativas do Sicoob. A Poupança Cooperada fechou o exercício somando R\$ 2,84 bilhões, com crescimento de 9,26% em relação a 2015.

d. Processamento de serviços

O Bancoob prestou serviços de custódia, microfilmagem, rastreamento de documentos e pesquisas em tempo real, entre outros. Além disso, compensou, durante o primeiro semestre, um total de 125.621.551 documentos, número este 8,57% superior ao primeiro semestre de 2015.

e. Novos convênios

No 1º semestre de 2016, 26 novos convênios corporativos de arrecadação foram adicionados ao portfólio do Sicoob. Merece destaque a formalização dos contratos com a CERON - Centrais Elétricas de Rondônia S/A, Gás Natural Fenosa SP e Ceg Rio - Gás Natural, e convênios diversos firmados com concessionárias de serviços, tais como a SAAE Barretos SP, Litoral Saneamento SC, Casal AL, Águas de Pará de Minas, SAAE Bananal ES, CHESP GO, Prefeitura de Manaus AM, entre outros.

4. Gerenciamento de riscos

a. Risco operacional

As diretrizes para gestão de risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento. As perdas operacionais são comunicadas à Gerência de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados ao Colegiado da Diretoria e aos Conselhos de Administração e Fiscal. A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006 e à Circular BCB 3.678/2013, encontram-se disponíveis no site do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco operacional e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

b. Riscos de mercado e de liquidez

O Bancoob aderiu à Política Institucional de Riscos de Mercado e de Liquidez, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. Cabe ao Bancoob a responsabilidade pela estrutura centralizada de gestão dos riscos de mercado e de liquidez, conforme previsto no art. 9º da Resolução CMN 3.464/2007 e no art. 8º da Resolução CMN 4.090/2012.

A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez do Bancoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é

proporcional à dimensão da exposição aos riscos. A Política Institucional de Riscos de Mercado e de Liquidez define a adoção dos seguintes procedimentos:

- utilização do VaR – *Value at Risk* para mensurar o risco de mercado;
- análise de descasamentos para avaliação de impacto na margem financeira;
- limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- realização periódica de *backtests* dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- limite mínimo de liquidez;
- projção do fluxo de caixa para 90 dias;
- diferentes cenários de simulação de perda em situações de *stress*;
- planos de contingência.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados periodicamente por equipes de auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para promover melhorias no gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez. Em cumprimento às Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012 e às Circulares BCB 3.678/2013 e 3.748/2015, encontram-se disponíveis no site do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

c. Risco de crédito

O Bancoob aderiu à Política Institucional de Risco de Crédito, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. Cabe ao Bancoob a responsabilidade pela estrutura centralizada de gestão do risco de crédito, conforme previsto no art. 9º da Resolução CMN 3.721/2009.

A estrutura centralizada de gestão do risco de crédito prevê:

- validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- estimativa (critérios consistentes e mensuráveis) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- procedimentos para a recuperação de créditos;
- sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- informações gerenciais periódicas para as entidades do Sistema.

Possui normas internas que incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

O risco de crédito avalia a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de obrigações financeiras nos termos pactuados, considerando a desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração da classificação de risco do tomador.

O risco de crédito é mitigado a partir da utilização de modelos estatísticos visando manter a boa qualidade da carteira. O processo contempla o monitoramento da inadimplência e testes periódicos dos modelos, além do acompanhamento das classificações dos tomadores e das operações de crédito, em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

Como metodologia, o gerenciamento de riscos de crédito é suportado pelos seguintes componentes para a classificação de risco:

Probabilidade de Descumprimento ou *Probability of Default* (PD): percentual que corresponde à probabilidade de descumprimento da classe de risco;

Perda Dado o Descumprimento ou *Loss Given Default* (LGD): percentual da perda econômica decorrente do descumprimento, considerados todos os fatores relevantes para recuperação do crédito;

Exposição ao Descumprimento ou *Exposure at Default* (EAD): corresponde ao valor da exposição da entidade perante o tomador ou contraparte no momento da concretização do evento de descumprimento.

Com base nesses componentes, estima-se a Perda Esperada (PE) do tomador, da seguinte forma:

$$PE = PD \times LGD \times EAD$$

Por sua vez, o percentual de perda (LGD) pode ser influenciado por características da operação devido às garantias que podem ser atribuídas.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados periodicamente por equipes de auditoria interna e os resultados servem de insumo para a melhoria da gestão do risco de crédito. Em cumprimento à Resolução CMN 3.721/2009 e à Circular BCB 3.678/2013, encontram-se disponíveis no site do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco de crédito e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

5. Estrutura de gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital no Bancoob observa as diretrizes contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual o Bancoob aderiu formalmente por decisão da Diretoria e do Conselho de Administração.

Além de dispor de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos para o horizonte mínimo de três anos, as principais fontes e o plano de contingência, o Bancoob mantém um conjunto de metodologias que permitem identificar e avaliar os riscos relevantes inerentes às suas operações, de forma a manter capital compatível.

Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de capital é avaliado anualmente pela Auditoria Interna. Em cumprimento à Resolução CMN 3.988/2011, encontra-se disponível no site do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de capital.

6. Patrimônio líquido e resultado do semestre

O patrimônio líquido em 30 de junho de 2016 foi de R\$ 1,10 bilhão, o que representa um crescimento de 30,16% em relação ao primeiro semestre de 2015.

O lucro líquido no período foi de R\$ 71,74 milhões, com retorno anualizado de 13,87% sobre o patrimônio líquido médio.

7. Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas pela confiança na administração, ao Sicoob Confederação, às cooperativas centrais e singulares do Sicoob e de sistemas parceiros, pelo trabalho executado em cooperação e parceria, e aos colaboradores do conglomerado Bancoob, pela dedicação e compromisso.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO (Em milhares de Reais)

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2016	2015	2016	2015
Ativo				
Circulante	18.088.215	13.974.667	18.133.219	13.981.302
Disponibilidades (Nota 5)	3.190	8.035	3.544	8.036
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)	7.662.814	5.584.654	7.662.814	5.584.654
Aplicações no mercado aberto	6.771.252	4.907.452	6.771.252	4.907.452
Aplicações em depósitos interfinanceiros	891.562	677.202	891.562	677.202
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	1.252.353	1.237.377	1.266.375	1.241.269
Carteira própria	1.098.429	649.168	1.112.451	653.060
Vinculados a compromissos de recompra	-	48	-	48
Vinculados à prestação de garantias	153.924	588.161	153.924	588.161
Relações interfinanceiras	883.406	846.507	883.406	846.507
Pagamentos e recebimentos a liquidar	628.382	603.939	628.382	603.939
Créditos vinculados ao Banco Central do Brasil	254.952	242.475	254.952	242.475
Relações com correspondentes	72	93	72	93
Operações de crédito (Nota 8)	5.861.268	5.005.050	5.861.268	5.005.050
Operações de crédito - Setor privado	5.879.103	5.019.457	5.879.103	5.019.457
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(17.835)	(14.407)	(17.835)	(14.407)
Outros créditos	2.394.509	1.265.038	2.424.687	1.267.714
Rendas a receber	25.449	27.404	28.271	28.214
Diversos (Nota 20b)	2.376.824	1.243.766	2.404.180	1.245.632
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(7.764)	(6.132)	(7.764)	(6.132)
Outros valores e bens	30.675	28.006	31.125	28.072
Outros valores e bens	450	493	450	493
Despesas antecipadas	30.225	27.513	30.675	27.579
Não circulante	12.242.654	11.438.357	12.234.206	11.427.188
Realizável a longo prazo				
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	8.307.167	7.426.994	8.351.316	7.426.994
Carteira própria	4.645.956	4.715.208	4.690.105	4.715.208
Vinculados a compromissos de recompra	115.166	86.323	115.166	86.323
Vinculados à prestação de garantias	3.546.045	2.625.463	3.546.045	2.625.463
Operações de crédito (Nota 8)	3.691.203	3.869.779	3.691.203	3.869.779
Operações de crédito - Setor privado	3.710.292	3.891.768	3.710.292	3.891.768
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(19.089)	(21.989)	(19.089)	(21.989)
Outros créditos	122.456	42.874	123.080	43.825
Diversos (Nota 20b)	122.949	42.905	123.573	43.856
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(493)	(31)	(493)	(31)
Investimentos	67.854	44.294	10.978	31.506
Participações em coligadas e controladas (Nota 10)	67.654	44.094	10.778	31.306
Outros investimentos	200	200	200	200
Imobilizado (Nota 11)	49.809	52.361	52.897	53.019
Imóveis de uso	55.914	55.914	55.914	55.914
Outras imobilizações de uso	17.546	17.011	25.319	17.994
(-) Depreciações acumuladas	(23.561)	(20.564)	(28.336)	(20.889)
Intangível (Nota 12)	2.111	2.055	4.732	2.065
Softwares	7.442	6.725	14.058	6.737
(-) Amortizações acumuladas	(5.331)	(4.670)	(9.326)	(4.672)
Total do ativo	30.328.815	25.413.024	30.367.425	25.408.490

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2016	2015	2016	2015
Receitas da intermediação financeira	1.473.998	1.161.312	1.477.344	1.161.312
Operações de crédito (Nota 8h)	466.535	370.508	466.535	370.508
Resultado com títulos e valores mobiliários (Nota 7c)	998.233	777.980	1.001.579	777.980
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	610	-	610
Resultado das aplicações compulsórias	9.230	12.214	9.230	12.214
Despesas da intermediação financeira	(1.301.488)	(991.713)	(1.299.519)	(991.036)
Operações de captação no mercado (Nota 13b)	(1.262.859)	(961.892)	(1.260.910)	(961.215)
Operações de empréstimos e repasses (Nota 16b)	(33.234)	(25.254)	(33.234)	(25.254)
Provisão para créditos liquidação duvidosa (Nota 8)				

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO (EM MILHARES DE REAIS)

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2016	2015	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido ajustado	131.050	96.647	142.822	100.968
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	128.243	93.755	133.981	95.285
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.375	4.567	5.375	4.567
Depreciações e amortizações	2.129	2.096	2.932	2.180
Resultado de participações em controladas	(5.141)	(3.685)	-	(943)
Amortização de ágio de participação em controladas	870	85	870	85
Outras receitas operacionais	-	-	(1)	(41)
Juros pela venda do imobilizado	(1.511)	(1.524)	(1.511)	(1.524)
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e civeis	1.085	1.353	1.176	1.359
Diminuição das aplicações interfinanceiras de liquidez	(880.854)	(765.519)	(880.854)	(765.519)
Aumento de títulos e valores mobiliários	(1.138.675)	(173.096)	(1.190.204)	(173.492)
Aumento das relações interfinanceiras e interdependências	56.142	153.083	56.142	153.083
Aumento das operações de crédito	(323.756)	(782.617)	(323.756)	(782.617)
Aumento de outros créditos	(452.614)	(164.154)	(473.633)	(163.320)
Aumento de outros valores e bens	(3.951)	(4.391)	(4.398)	(4.455)
Aumento de depósitos	3.733.546	2.474.214	3.724.729	2.471.365
Aumento (diminuição) das obrigações por operações compromissadas (Diminuição) dos recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias e debêntures	296.708	(40.633)	296.708	(40.633)
Aumento das obrigações por empréstimos e repasses	12.896	83.088	12.896	83.088
Aumento de outras obrigações	400.999	270.135	462.045	269.729
Imposto de renda e contribuição social (pagos)	(25.033)	(16.518)	(29.055)	(17.682)
Varição nos resultados de exercícios futuros	(37)	(7)	(37)	(7)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.837.933	1.138.454	1.824.947	1.138.730
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Recebimento de dividendos coligadas	1.042	116	-	-
Alienação de imobilizado de uso	103	72	103	72
Alienação de intangível	-	-	25	25
Aquisição de investimentos	(16.000)	(21.949)	-	(21.949)
Aquisição de imobilizado	(392)	(203)	(728)	(355)
Aquisição de intangível	(401)	(152)	(1.687)	(162)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(15.648)	(22.091)	(2.312)	(22.369)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital social	113.764	70.179	113.764	70.179
Pagamento de Dividendos	(113.765)	(69.934)	(113.765)	(69.934)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamentos	(1)	245	(1)	245
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	1.822.284	1.116.608	1.822.634	1.116.606
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	3.374.972	1.868.562	3.374.976	1.868.565
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	5.197.256	2.985.170	5.197.610	2.985.171

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2016 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

1. Contexto operacional

O Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob ("Bancoob", "Instituição" ou "Banco") foi constituído de acordo com a Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional ("CMN"). Seu funcionamento foi autorizado pelo Banco Central do Brasil ("Banco Central") em 21 de julho de 1997 e suas atividades foram iniciadas em 1º de setembro de 1997. Em 29 de março de 2016, o Banco Central autorizou o Bancoob a atuar também na carteira de crédito imobiliário, cujo início ocorreu em 1º de abril de 2016 e, assim, o Bancoob passou a ser um banco cooperativo múltiplo. O Bancoob foi criado para prestar serviços financeiros, técnicos e operacionais às cooperativas de crédito nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 88. É controlado por cooperativas centrais que, em conjunto com as cooperativas singulares, formam o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil ("Sicoob"). As cooperativas centrais também constituíram a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação, com a finalidade de prestar serviços de representação, supervisão, padronização de procedimentos operacionais e implantação do sistema de controle interno e serviços de tecnologia da informação. Dentre os serviços prestados pelo Bancoob, destacam-se a disponibilização da conta de reservas bancárias e a atividade de compensação de cheques e outros papéis. O descasamento entre passivos e ativos circulantes no valor de R\$ 6.511.324 em 30 de junho de 2016 no balanço individual e de R\$ 6.515.015 no balanço consolidado, não oferece risco em função do que segue: i) aproximadamente 67,87% no individual e 68,26% no consolidado, do ativo não circulante constituem-se de títulos públicos federais de elevada liquidez; ii) a maior parte da captação do Banco é feita por meio de certificado de depósito interfinanceiro das cooperativas de crédito, acionistas do Banco; iii) realizamos testes periódicos que demonstram a estabilidade/renovação do passivo de curto prazo.

2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas ("demonstrações contábeis") são de responsabilidade da Administração e estão sendo apresentadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das S.As., associadas às normas e às instruções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações contábeis consolidadas incluem, além dos saldos contábeis do Banco, os da Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Ponta Administradora de Consórcios Ltda., Cabal Brasil Ltda. e Bancoob Par Seguridade S.A., sendo que as duas últimas entidades passaram a ser consolidadas a partir do 1º semestre de 2016, em linha com a obtenção do controle. Foram eliminadas as participações societárias, os saldos a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre controladas e controlador. A Diretoria colegiada do Bancoob submeteu ao Conselho de Administração que aprovou essas demonstrações contábeis em 09 de agosto de 2016.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a. Estimativas contábeis
A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. Os itens significativos sujeitos ao processo de aplicação de estimativas e premissas incluem a avaliação do valor de recuperação do imobilizado e do intangível, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a estimativa de realização dos créditos tributários, a provisão para desembolso originado do contencioso de natureza fiscal, trabalhista e cível e a valorização de títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos apresentados nas demonstrações contábeis, em decorrência de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Bancoob revisa as estimativas e premissas semestralmente.

b. Apuração do resultado
O resultado das operações é apurado pelo regime contábil de competência.

c. Moeda estrangeira
Os ativos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

d. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizadas para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez
As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

f. Títulos e valores mobiliários
Os títulos e valores mobiliários são classificados com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, definidos pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central, de acordo com a intenção da Administração, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

i. Títulos para negociação - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente, de forma ativa, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

ii. Títulos disponíveis para venda - Títulos e valores mobiliários que não são classificados como "títulos para negociação" nem como "mantidos até o vencimento". Esses títulos são ajustados a valor de mercado, sendo o resultado do ajuste, líquido dos efeitos tributários, registrado em conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado.

iii. Títulos mantidos até o vencimento - Títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção de serem mantidos até o vencimento, baseado em estudos de capacidade financeira, sendo contabilizado ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. A metodologia de marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata* dia com observância do regime de competência pelo método exponencial ou linear, com base nas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período. Quando da alienação dos títulos disponíveis para venda, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucros ou prejuízos com títulos e valores mobiliários.

g. Instrumentos financeiros derivativos
Os instrumentos financeiros derivativos, em atendimento à Circular nº 3.082/01 do Banco Central, são avaliados pelo valor de mercado no mínimo por ocasião dos balançes mensais e dos balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas diretamente em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros derivativos. A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização de acordo com as características do derivativo.

h. Provisão para créditos de liquidação duvidosa
A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a análise e a classificação do tomador e da operação e observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99. A Resolução requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" o de menor risco e "H" o de maior risco. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente serão reconhecidas no resultado após o seu efetivo recebimento.

A operação classificada como de risco nível "H" é transferida para a conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, somente decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco. A operação renegociada é mantida no mínimo no mesmo nível de risco em que estava classificada antes da renegociação e aquela que estava anteriormente registrada com prejuízo passa a ser classificada como de risco nível "H". Somente é realizada a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança da classificação de risco. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota 8c.

i. Investimentos
Os investimentos são registrados pelo custo de aquisição, sendo as participações societárias em controladas e coligadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

j. Imobilizado
Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear, observadas as seguintes taxas anuais, baseada na estimativa de vida útil: imóveis de uso - 4,70%, equipamentos de uso - 10%; veículos e preservação de dados - 20%. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável.

k. Intangível
Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem *softwares* adquiridos de terceiros e são amortizados a uma taxa anual de 20%. Também é objeto de avaliação anual sobre redução ao valor recuperável.

l. Demais ativos circulantes e não circulantes
São apresentados pelo valor líquido de realização.

m. Depósitos e captações no mercado
Os recursos provenientes de depósitos estão demonstrados pelo valor captado, incluindo as atualizações incorridas, *pro rata* dia.

n. Obrigações por empréstimos e repasses
As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis que incluem encargos e variações monetárias incorridas, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar, quando aplicável.

o. Plano de previdência
O plano de previdência instituído pelo Bancoob possui a característica de contribuição definida e as contribuições mensais são reconhecidas como despesa no resultado do período.

p. Imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e a contribuição social à alíquota de 15% até agosto, e 20% a partir de setembro, conforme alteração da Lei nº 7.689/88, tendo por base de cálculo o lucro real na forma dos dispositivos legais vigentes.

Os créditos tributários foram calculados com base nas mesmas alíquotas descritas acima e são reconhecidos considerando-se a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, em um prazo de até dez anos, conforme a Resolução CMN nº 3.355/06. A referida expectativa de geração de lucros tributáveis futuros está fundamentada em estudo técnico elaborado pela Administração, atualizado semestralmente.

q. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais
As provisões são reconhecidas no balanço atendendo a uma obrigação legal do Bancoob ou são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Ativos e passivos contingentes - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e das contingências passivas são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/09, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis.
- **Causas judiciais** - São reconhecidos contabilmente, com base na opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade das ações, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, gerando uma saída de recursos para a liquidação, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas nas notas explicativas, quando individualmente relevantes.
- **Obrigações legais** - São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, as quais o Bancoob tem por diretriz reconhecê-las contabilmente.

r. Demais passivos circulantes e não circulantes
São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

s. Pronunciamentos Técnicos – CPCs
O Banco Central do Brasil aprovou a adoção dos seguintes Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC, que estão contemplados nas demonstrações contábeis:

- CPC 00 (R1) – Pronunciamento Conceitual Básico;
- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- CPC 05 (R1) – Divulgação de Partes Relacionadas;
- CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
- CPC 24 – Evento Subsequente;
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

Os demais Pronunciamentos Técnicos publicados serão adotados quando aprovada a sua adoção pelo Banco Central do Brasil.

4. Composição do caixa e equivalentes de caixa
O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2016	2015	2016	2015
Caixa				
Disponibilidades (Nota 5)	3.190	8.035	3.544	8.036
Moeda nacional	234	316	588	317
Reservas livres	-	3.034	-	3.034
Moeda estrangeira	2.956	4.685	2.956	4.685
Equivalentes de caixa				
Aplicações interfinanceiras de liquidez (até 90 dias) – (Nota 6)	5.194.066	2.977.135	5.194.066	2.977.135
Total	5.197.256	2.985.170	5.197.610	2.985.171

5. Disponibilidades

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2016	2015	2016	2015
Moeda nacional	234	316	588	317
Reservas Livres	-	3.034	-	3.034
Moeda estrangeira	2.956	4.685	2.956	4.685
Total	3.190	8.035	3.544	8.036

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez
a. Composição das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	BANCO						CONSOLIDADO			
	Vencimento			De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Total		Total	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses				2016	2015	2016	2015
Aplicações em operações compromissadas	5.671.582	266.559	589.155	243.956	-	6.771.252	4.907.452	6.771.252	4.907.452	
Revendas a liquidar - Posição bancada	4.250.019	266.559	589.155	243.956	-	5.349.689	3.341.390	5.349.689	3.341.390	
Revendas a liquidar - Posição financiada	1.421.563	-	-	-	-	1.421.563	1.566.062	1.421.563	1.566.062	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	496.525	254.304	51.992	88.741	-	891.562	677.202	891.562	677.202	
Total	6.168.107	520.863	641.147	332.697	-	7.662.814	5.584.654	7.662.814	5.584.654	
Circulante	-	-	-	-	-	7.662.814	5.584.654	7.662.814	5.584.654	
Não Circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

b. Receitas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 7b)
- Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações de títulos e valores mobiliários.

Rendas de Aplicações em Operações Compromissadas

	BANCO E CONSOLIDADO	
	2015	2016
- Posição Bancada	283.895	182.493
- Posição Financiada	64.109	72.577
Subtotal	348.004	255.070
- Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	53.343	33.525
Total	401.347	288.595

7. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
a. Títulos e valores mobiliários
Estão classificados como "Disponíveis para venda", "Para Negociação" e "Mantidos até o vencimento". A apuração do valor de mercado foi realizada considerando-se os seguintes parâmetros:
i. Para os títulos públicos federais (LTN, LFT, NTN) é usada a taxa indicativa publicada pela ANBIMA.
ii. Fundos de investimento – utiliza-se o valor da última cota informada pelo administrador do fundo, que representa o valor justo do patrimônio do fundo.
iii. Os títulos privados são marcados a mercado, periodicamente, por metodologia própria que considera em primeiro lugar, os preços disponíveis em mercados líquidos. Alternativamente, calculam-se os valores justos por meio de método que considera os *spreads* médios (para títulos privados semelhantes) praticados na própria carteira, de acordo com o porte do emiteente.
Os títulos e valores mobiliários, incluindo os instrumentos financeiros derivativos e as aplicações interfinanceiras de liquidez, estão custodiados na CBLIC, na CETIP, no SELIC ou na BM&FBOVESPA, exceto cotas de fundos de investimento cujos registros são mantidos pelos respectivos administradores. Atendendo ao disposto no artigo 8 da Circular nº 3.068/01, do Banco Central, o Bancoob possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o vencimento".
O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estavam distribuídos da seguinte forma:

BANCO	Valor contábil						Total 2016		Total 2015		Ganho (perda) não realizado	Valor de curva	Valor de mercado	Ganho (perda) não realizado
	Sem vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Valor de curva	Valor de mercado	Valor de curva	Valor de mercado				
I-Títulos disponíveis para venda	10.663	-	227.633	761.610	250.393	8.192.183	9.448.404	9.442.482	(5.922)	8.565.593	8.563.572	(2.021)		
Carteira própria														
LFT	-	-	474	-	735	3.428.027	3.431.770	3.429.236	(2.534)	3.643.606	3.643.165	(441)		
CDB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Fundos	10.663	-	-	-	-	-	10.663	10.663	-	10.467	10.468	1		
LF	-	-	187.190	675.080	222.233	1.127.276	2.212.339							

b. Composição de Títulos e Valores Mobiliários

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2016	2015	2016	2015
Valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	9.442.482	8.563.572	9.500.653	8.567.464
Valor de mercado dos títulos disponíveis para negociação	2.054	-	2.054	-
Valor de curva atualizado dos títulos mantidos até o vencimento	114.984	100.799	114.984	100.799
Total	9.559.520	8.664.371	9.617.691	8.668.263

No 1º semestre de 2016 e de 2015 não ocorreram reclassificações de títulos entre as categorias. Em 30 de junho de 2016, o Bancoob possuía títulos vinculados à prestação de garantias no valor de R\$ 3.699.969 (2015 - R\$ 3.213.624), sendo principalmente:

- R\$ 2.928.182 (2015 – R\$ 2.492.897) referentes a valores fornecidos em garantia de captações de recursos de crédito.
- R\$ 757.036 (2015 - R\$ 587.960) referentes a valores requeridos como garantia das operações de cartões.
- R\$ 8.614 (2015 - R\$ 7.549) em títulos públicos por ordem judicial expedida pela 11ª Vara Cível de Vitória - ES em razão de restituição de depósitos efetuados em cooperativas de crédito. Com base na avaliação dos consultores jurídicos, os processos que originaram os referidos bloqueios judiciais foram classificados como risco de perda remoto, nos termos da Resolução nº 3.823/09, do CMN (vide Nota 3q).

c. Resultado com Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2016	2015	2016	2015
Rendas com Títulos de Renda Fixa	595.400	488.359	598.537	488.359
Rendas de Aplicações de Fundos de Investimento	3.224	2.381	3.433	2.381
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 6b)	401.347	288.595	401.347	288.595
Rendas em Operações com Derivados	-	7.901	-	7.901
Despesas com Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	(1.738)	(8.646)	(1.738)	(8.646)
Total	998.233	778.590	1.001.579	778.590

8. Operações de crédito

a. Composição da Carteira de Operações de Crédito

	BANCO E CONSOLIDADO	
	2016	2015
Empréstimos e títulos descontados	731.788	560.645
Financiamentos	657.808	720.583
Financiamentos rurais e agroindustriais	8.199.799	7.629.997
Subtotal	9.589.395	8.911.225
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(36.924)	(36.396)
Total	9.552.471	8.874.829
Circulante	5.861.268	5.005.050
Não Circulante	3.691.203	3.869.779

O aumento incorrido nas operações de crédito no semestre decorre, principalmente, da maior demanda por crédito por parte dos participantes do Sicoob.

b. Composição da Carteira por Modalidade e Níveis de Risco

	BANCO E CONSOLIDADO										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2016	30/06/2015
Operações de Crédito											
Empréstimos e Títulos											
Descontados	61.940	554.876	54.578	36.525	7.153	999	4.749	420	10.548	731.788	560.645
Financiamentos	118.597	410.589	98.728	22.908	1.616	928	1.236	605	2.601	657.808	720.583
Financiamentos rurais e agroindustriais	6.444.810	1.559.692	165.004	30.110	76	-	-	107	8.199.799	7.629.997	
Total	6.625.347	2.525.157	318.310	89.543	8.845	1.927	5.985	1.025	13.256	9.589.395	8.911.225
Outros créditos	1.998	1.248.161	53.136	19.882	2.334	347	182	82	372	1.326.494	1.007.599
Total geral	6.627.345	3.773.318	371.446	109.425	11.179	2.274	6.167	1.107	13.628	10.915.889	9.918.824
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(18.867)	(3.714)	(3.283)	(1.118)	(682)	(3.083)	(775)	(13.628)	(45.150)	(42.528)
Total líquido de provisões em 30/06/2016	6.627.345	3.754.451	367.732	106.142	10.061	1.592	3.084	332	-	10.870.739	9.876.296
Total líquido de provisões em 30/06/2015	6.117.146	3.290.800	363.414	88.098	10.823	2.135	3.576	304	-	-	-

c. Composição da Provisão de Liquidação Duvidosa por Modalidade

	BANCO E CONSOLIDADO									
	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2016	30/06/2015
Operações de Crédito										
Empréstimos e títulos descontados	2.774	546	1.096	715	300	2.374	294	10.548	18.647	19.551
Financiamentos	2.053	987	687	162	278	618	423	2.601	7.809	6.370
Financiamentos rurais e agroindustriais	7.799	1.650	904	8	-	-	-	107	10.468	10.475
Total	12.626	3.183	2.687	885	578	2.992	717	13.256	36.924	36.396
Outros Créditos	6.241	531	596	233	104	91	58	372	8.226	6.132
Total Geral	18.867	3.714	3.283	1.118	682	3.083	775	13.628	45.150	42.528

d. Composição por Faixas de Vencimento e Níveis de Risco

d1. Operações de Crédito em Curso Normal

	BANCO E CONSOLIDADO										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2016	30/06/2015
01 a 30 dias	336.305	250.548	21.865	4.245	478	95	35	15	98	613.684	890.940
31 a 60 dias	529.533	163.438	16.401	4.747	219	44	21	6	68	714.477	722.018
61 a 90 dias	542.924	217.626	31.549	6.830	363	69	24	8	61	799.454	978.808
91 a 180 dias	1.324.242	649.901	59.210	13.639	1.100	207	93	29	908	2.049.329	1.570.749
181 a 360 dias	1.744.631	1.017.916	87.894	21.159	1.859	368	175	48	327	2.874.177	1.810.425
Acima de 360	2.149.534	1.452.556	131.310	34.892	809	221	306	27	6.728	3.776.383	3.885.692
Total	6.627.169	3.751.985	348.029	85.512	4.828	1.004	654	133	8.190	10.927.504	9.858.632

d2. Operações de Crédito em Curso Anormal

	BANCO E CONSOLIDADO										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2016	30/06/2015
Parcelas Vencidas											
01 a 30 dias	21	20.412	19.878	4.328	465	47	256	30	171	45.608	31.609
31 a 60 dias	-	-	17	17.723	291	35	22	36	111	18.235	13.042
61 a 90 dias	-	-	-	17	4.562	29	21	18	100	4.747	3.443
91 a 180 dias	-	-	-	28	53	171	251	195	369	1.067	605
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	101	137	66	1.888	2.192	592
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	143	143	17
Total	21	20.412	19.895	22.096	5.371	383	687	345	2.782	71.992	49.308
Parcelas Vincendas											
01 a 30 dias	3	35	139	87	34	22	239	35	117	711	338
31 a 60 dias	3	29	102	75	32	20	237	48	140	686	302
61 a 90 dias	3	28	101	72	32	18	286	23	180	743	292
91 a 180 dias	8	81	298	193	97	128	773	40	428	2.046	1.453
181 a 360 dias	18	149	692	399	278	165	1.510	137	372	3.720	2.424
Acima de 360	120	599	2.190	991	507	534	1.781	346	1.419	8.487	6.075
Total	155	921	3.522	1.817	980	887	4.826	629	2.656	16.393	10.884
	176	21.333	23.417	23.913	6.351	1.270	5.513	974	5.438	88.385	60.192

e. Composição da carteira por setor de atividade e prazo de vencimento

	BANCO E CONSOLIDADO									
	Vencidas	A vencer					2016 total	2015 total		
		Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos				
Rural	-	1.663.637	3.566.996	2.060.024	478.382	430.760	8.199.799	7.629.997		
Intermediários financeiros	2.219	21.316	66.536	117.854	34.411	842	243.178	351.322		
Outros serviços	14.968	60.689	176.662	146.659	74.761	56.116	529.855	464.214		
Pessoas físicas	54.805	67.580	183.695	180.218	126.306	3.959	616.563	465.692		
Total	71.992	1.813.222	3.993.889	2.504.755	713.860	491.677	9.589.395	8.911.225		

f. Concentração das operações de crédito

	BANCO E CONSOLIDADO			
	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	2.971.314	30,99	2.877.947	32,30
50 devedores seguintes	2.376.931	24,79	2.256.426	25,32
100 devedores seguintes	1.416.275	14,76	1.292.941	14,51
Demais	2.824.875	29,46	2.483.911	27,87
Total	9.589.395	100,00	8.911.225	100,00

g. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

g1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Operações de Crédito

	BANCO E CONSOLIDADO	
	2016	2015
Saldo no início do semestre	36.535	35.668
Constituição de provisão para créditos liquidação duvidosa	4.685	3.940
Operações de crédito baixadas para prejuízo	(4.296)	(3.212)
Saldo no final do semestre	36.924	36.396

Os créditos renegociados no 1º semestre de 2016 totalizaram R\$ 3,08 milhões (2015 – R\$ 2,19 milhões) e decorrem das operações de crédito rural, consignado, Pronamp e Finame Financiamentos. A recuperação de créditos baixados como prejuízo no 1º semestre de 2016 totalizou R\$ 595 mil (2015 - R\$ 1,01 milhão).

g2. Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Outros Créditos com característica de concessão de crédito

	BANCO E CONSOLIDADO	
	2016	2015
Saldo no início do semestre	7.531	5.505
Constituição de provisão para créditos liquidação duvidosa	695	627
Saldo no final do semestre	8.226	6.132

h. Receitas de Operações de Crédito

	BANCO E CONSOLIDADO	
	2016	2015
Empréstimos e títulos descontados	71.012	55.972
Financiamentos	31.399	30.269
Financiamentos rurais e agroindustriais	363.529	283.257
Subtotal	465.940	369.498
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	595	1.010
Total	466.535	370.508

Importante destacar que na nota 20 i encontra-se descrito o saldo de Comissão sobre Operações de Crédito incorridas no curso normal do processo de concessão de crédito previsto para o Sicoob.

9. Créditos tributários, imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido

Créditos tributários

Em 30 de junho de 2016, o Bancoob possuía créditos tributários registrados em Outros Créditos (Nota 20b), no montante de R\$ 30.577 (2015 - R\$ 21.473), que são originários de diferenças intertemporais entre o resultado contábil e fiscal.

a. Composição

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2016	2015	2016	2015
Provisão PCLD	48.400	48.400	48.400	44.173
Passivos Contingentes	-	-	-	-
Cíveis e Trabalhistas	2.745	2.745	2.745	2.745
Participação nos Resultados	2.570	2.570	2.627	2.377
Ajuste a valor de mercado (TVM)	5.922	2.021	5.922	

15. Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias e debêntures

	BANCO E CONSOLIDADO						
	2016						2015
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Total
LCA - PÓS Circulante	14.676	23.001	8.780	5.812	13.965	66.234	11.924
Não Circulante	-	-	-	-	-	13.965	-

16. Obrigações por repasses do País

a) Composição das obrigações por repasses do País

As obrigações por repasses de instituições do País estão representadas por recursos obtidos por meio do BNDES/Finame, Tesouro Nacional, Banco do Brasil e Funcafé, com vencimento até 2030 e com encargos financeiros de até 11,31% a.a.

	BANCO E CONSOLIDADO							
	2016					2015		
	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Total	Total
Tesouro Nacional	-	-	21	21	-	-	42	64
BNDES	-	41.127	168.065	369.670	249.443	286.327	1.114.632	952.024
Banco do Brasil/FCO	-	2.802	6.275	21.643	16.449	5.150	52.319	37.438
Finame	-	40.975	103.799	245.433	164.195	139.785	694.187	721.758
Funcafé	-	33.667	134.025	7.470	2.105	-	177.267	187.845
Total	-	118.571	412.185	644.237	432.192	431.262	2.038.447	1.899.129
Circulante	-	-	-	-	-	530.756	501.299	501.299
Não Circulante	-	-	-	-	-	1.507.691	1.397.830	1.397.830

A variação do exercício acompanha parte da maior demanda por crédito descrita na Nota 8 a.

b) Despesas com obrigações por repasses do país

	BANCO E CONSOLIDADO	
	2016	2015
Tesouro Nacional - RECOOP	1	2
BNDES	20.727	16.956
FINAME	6.259	4.882
Banco do Brasil - FCO	768	434
Outras Instituições - Funcafé	5.479	2.980
Total	33.234	25.254

17. Passivos, contingências e obrigações legais

As ações judiciais e administrativas fiscais nas quais o Bancoob é parte são classificadas pelos advogados externos e internos. A opinião jurídica leva em conta a natureza jurídica da causa, sua especificidade e também a jurisprudência dos tribunais superiores.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais passivas obedecem a Resolução CMN nº 3.823/09, conforme resumimos a seguir:

i. A provisão é reconhecida somente quando: (a) o Bancoob tem uma obrigação legal ou não formalizada, presente, como consequência de um evento passado; (b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e (c) o montante da obrigação é possível de ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer uma dessas condições não for atendida, a provisão não é reconhecida.

ii. Com base nessas premissas, quando for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, o Bancoob reconhece uma provisão e, quando não for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, a Instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

A Administração do Bancoob entende que a provisão constituída é suficiente para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais, conforme demonstrado a seguir:

a. Obrigações legais classificadas como “risco de perda provável”

As obrigações legais classificadas como risco de perda provável e que puderam ter os valores estimados com suficiente segurança, são provisionadas e estão apresentadas por natureza no quadro a seguir, com as respectivas movimentações ocorridas no semestre. Os depósitos judiciais estão registrados em “Outros Créditos – Diversos”.

Provisões constituídas

a1. Composição dos saldos patrimoniais

	BANCO				CONSOLIDADO			
	2016		2015		2016		2015	
	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões
Trabalhistas	469	1.809	391	998	477	1.864	474	998
Cíveis	443	936	440	417	494	1.797	440	479
Total	912	2.745	831	1.415	971	3.661	914	1.477

a2. Movimentação das provisões para causas judiciais

	BANCO			CONSOLIDADO		
	2016		2015	2016		2015
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total	Total	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro	1.646	628	2.274	8.559	2.629	8.624
Constituições no semestre	584	812	1.396	1.396	2.259	1.853
Utilizações no exercício	(226)	(353)	(579)	(7.783)	(773)	(7.783)
Reversões no semestre	(195)	(151)	(346)	(274)	(454)	(1.224)
Saldo final em 30 de junho	1.809	936	2.745	1.415	3.661	1.477

As provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão registradas em Outras Obrigações – diversas (Nota 20d).

Natureza das ações classificadas como “risco de perda provável”

i. **Trabalhistas** – Referem-se, basicamente, a jornada extraordinária além da 6ª hora.

ii. **Cíveis** – Referem-se, basicamente, a cláusulas contratuais, inscrição em cadastro de proteção ao crédito e danos morais.

b. Contingências classificadas como “risco de perda possível”

As ações classificadas como risco de perda possível não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas, quando o valor envolvido for relevante. Nesta classificação estão as seguintes contingências: (i) ações cíveis que discutem a solidariedade do Bancoob quanto a depósitos feitos em cooperativas; (ii) ação cível que discute a responsabilidade indenizatória do Bancoob por erro cometido por cooperativa; (iii) ações de natureza trabalhista; (iv) ações administrativas fiscais previdenciárias (FAP, Bolsa de Estudos e PIS).

Devido às incertezas na apuração de eventual valor econômico envolvido em uma possível condenação e atual estágio das causas classificadas como perdas possíveis, o valor do efeito financeiro divulgado pelo Bancoob é o valor original de causa não atualizado.

b.1 Saldo dos passivos contingentes classificados como “risco de perda possível”

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2016	2015	2016	2015
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total
Trabalhistas	6.162	3.693	5.515	4.259
Fiscais/Previdenciárias	5	12	5	186
Cíveis	36.408	47.243	39.061	48.174
Total	42.575	50.948	44.581	52.619

c. Contingências classificadas como “risco de perda remota”

A Receita Federal questiona, por meio de autuação fiscal, o valor deduzido pelo BANCOOB em 2008 na base de cálculo de tributos. A dedução decorreu da natureza indenizatória do valor pago pelo BANCOOB, conforme deliberação da AGE, em decorrência de falha na prestação de serviço de responsabilidade do Banco. O processo foi julgado pela 3ª Turma, da 1ª Câmara do CARF, que deu provimento parcial ao recurso do Banco para determinar o computo do IR fonte e estimativa e excluir a multa isolada. Aguarda-se publicação do acórdão e intimação para interposição de Recurso Especial à Câmara Superior.

Com base nas recomendações dos advogados internos e externos, considerando a natureza dos debates iniciados no julgamento, da divergência de votos e que não há decisão final do CARF sobre a autuação fiscal, o processo continua classificado com o prognóstico de perda remota.

18. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é composto atualmente por 559.647.094 ações (2015 – 437.376.314), sendo 281.359.247 ordinárias (2015 – 219.888.340) e 278.287.847 preferenciais (2015 – 217.487.974), todas sem valor nominal. No segundo semestre de 2015 houve um aumento de capital no valor de R\$ 118.282, aprovado na 142ª reunião do Conselho de Administração e no primeiro semestre de 2016 o aumento foi no valor de R\$ 113.764, aprovado através da AGE de 08 de março de 2016.

b. Reserva de capital

O saldo de R\$ 45 (2015 - R\$ 45) refere-se ao ganho na alienação de ações em tesouraria.

c. Reserva de lucros

O estatuto do Bancoob destina 5% do lucro líquido ajustado do período à formação de reserva de lucros. Foram destinados R\$ 3.557 (2015 - R\$ 2.827). Foi constituída a Reserva de Lucros – Outras, no valor de R\$ 64.200, referente ao resultado do 1º semestre de 2016 (2015 – R\$ 51.021), a ser destinado na próxima assembleia.

d. Dividendos

O estatuto do Bancoob assegura aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios, equivalentes a 5% do lucro líquido ajustado do exercício. Foram provisionados dividendos no montante de R\$ 3.379, equivalentes a R\$ 6,04 por lote de mil ações (em 2015, R\$ 2.685, equivalente a R\$ 6,14 por lote de mil ações). No primeiro semestre de junho de 2016 foi efetuado o pagamento de dividendos do exercício de 2015 no valor de R\$ 113.764.

e. Ajuste a valor de mercado

Está representado pelos ajustes decorrentes dos efeitos da marcação a mercado dos títulos disponíveis para venda conforme requerido pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central, líquidos dos efeitos tributários de imposto de renda e contribuição social. (Nota 9a).

19. Limites operacionais - Acordo da “Basileia”

O patrimônio líquido do Bancoob apresenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos.

	2016		2015	
	CONGLOMERADO PRUDENCIAL	CONGLOMERADO FINANCEIRO	CONGLOMERADO PRUDENCIAL	CONGLOMERADO FINANCEIRO
Patrimônio de referência de nível I	1.087.279	839.300	1.087.343	839.303
Capital Principal	1.087.279	839.300	1.087.343	839.303
Patrimônio Líquido	1.087.279	839.300	1.087.343	839.303
Redução dos ganhos/perdas de ajuste valor de mercado	-	-	-	-
Patrimônio de referência de nível II	-	-	-	-
Redução dos ganhos/perdas de ajuste valor de mercado	-	-	-	-
Instrumento Híbrido de Capital e Dívida	-	-	-	-
Patrimônio de referência (a)	1.087.279	839.300	1.087.343	839.303
Risco de Crédito	6.228.036	4.574.461	6.237.299	4.580.801
Risco de Mercado	113.025	88.455	113.025	88.455
Risco Operacional	843.097	621.948	723.480	506.143
Ativo ponderado pelo risco - RWA (b)	7.184.158	5.284.864	7.073.804	5.175.399
Índice da Basileia (a/b)	15,13%	15,88%	15,37%	16,22%
Capital nível I	15,13%	15,88%	15,37%	16,22%
Capital nível II	-	-	-	-
Risco banking (R BAN)	220.239	451.850	220.233	451.850
Índice da Basileia amplo	14,66%	14,63%	14,89%	14,92%

20. Outros desdobramentos das demonstrações contábeis

a. Composição de relações interfinanceiras

a.1 Ativas

	BANCO E CONSOLIDADO	
	2016	2015
Direitos junto a participantes de sistemas de liquidação	628.382	603.939
Reservas compulsórias em espécie no Bacen	18.210	40.299
Bacen – Recolhimentos obrigatórios	236.742	202.176
Relações com correspondentes	72	93
Total	883.406	846.507
Circulante	883.406	846.507
Não Circulante	-	-

a.2 Passivas

	BANCO E CONSOLIDADO	
	2016	2015
Obrigações junto a participantes de sistemas de liquidação	699.471	636.620
Total	699.471	636.620

b. Composição de outros créditos - Diversos

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2016	2015	2016	2015
Depósitos em garantias	912	831	970	914
Créditos tributários (Nota 9 a)	30.577	21.473	30.724	21.599
Valores a receber de cooperativas (a)	5.102	5.950	5.102	5.950
Tributos a compensar	27.246	18.869	32.239	20.561
Títulos e créditos a receber (b)	29.237	33.783	29.237	33.783
Adiantamentos e antecipações salariais	1.984	1.578	2.252	1.773
Pagamentos a ressarcir	36.984	27.247	37.361	27.247
Valores a receber de cartões de crédito (c)	1.327.412	999.566	1.327.412	999.566
Valores a receber Adquirência (d)	1.014.761	160.556	1.014.761	160.556
Outros	25.558	16.817	47.695	17.539
Total	2.499.773	1.286.671	2.527.753	1.289.488
Circulante	2.376.824	1.243.766	2.404.180	1.245.632
Não Circulante	122.949	42.905	123.573	43.856

(a) Referem-se aos serviços bancários realizados pelo Bancoob às cooperativas participantes do sistema de compensação e que são liquidados no mês subsequente à prestação do serviço.

(b) Refere-se, preponderantemente, a valores a receber pela venda de bens ao Sicoob Confederação, no valor de R\$ 22.707, sendo:

a. *Venda de ativos de tecnologia da informação* - Em 29 de setembro de 2008, celebraram entre si o Bancoob e a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação contrato de venda de ativos de tecnologia da informação, contemplando aquisição de *hardware* e *software* e promessa de cessão de contratos de licenças de *software*, contratos de terceiros e outras avenças com encerramento dos vencimentos em setembro de 2018.

O saldo devedor total da dívida é de R\$ 5.367, em 30 de junho de 2016.

b. *Venda de bens imóveis* - Em 30 de dezembro de 2008, foi realizada venda de salas e do CPD do edifício-sede do Bancoob:

• “Promessa de compra e venda de imóvel” entre o Bancoob e a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação, com encerramento dos recebimentos em novembro de 2033.

O saldo devedor total da dívida é de R\$ 17.340, em 30 de junho de 2016 .

(c) Refere-se às transações com cartão de crédito Cabal/Mastercard efetuadas pelos portadores de cartões. O aumento no exercício é reflexo do esforço da administração em alavancar as operações de Cartão. Os valores aqui apresentados estão líquidos de provisão para outros créditos com característica de concessão de crédito, vide Nota 8.

(d) Refere-se, principalmente, aos valores a receber relacionados à Operação de Adquirência, iniciada no 2º semestre de 2014.

c. Fiscais e previdenciárias

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2016	2015	2016	2015
Provisão para imposto de renda	29.906	19.813	32.729	20.850
Provisão para contribuição social	24.278	12.348	26.271	12.800
Tributos a recolher sobre serviços de terceiros	1.288	587	1.380	624
Tributos e contribuições sobre salários	1.991	1.655	2.894	2.043
Outros tributos a recolher	5.834	4.462	6.590	4.824
Total	63.297	38.865	69.864	41.141
Circulante	63.294	38.862	69.669	40.904
Não Circulante	3	3	195	237

d. Composição de outras obrigações - Diversas

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2016	2015	2016	2015
Provisão para pagamento de despesas	39.652	34.144	39.024	35.412
Tarifas interbancárias a repassar	2.299	2.408	2.299	2.408
Obrigações de cartão de crédito (a)	1.253.335	916.688	1.253.335	916.688
Provisão Del Credere (b)	16.873	13.907	16.873	13.907
Obrigações com convênios oficiais - INSS	24.016	23.161	24.016	23.161
Valores a pagar arrecadação	9.870	10.710	9.870	10.710
Valores a repassar do BNDES	222	135	222	135
Obrigações por recursos de consorciados (c)	-	-	3.871	3.384
Adquirência (d)	710.141	134.329	710.141	134.329
Outras	4.625	4.051	50.331	4.901
Total	2.061.033	1.139.533	2,109.982	1,145.033
Circulante	2.058.247	1.138.117	2.107.025	1.143.572
Não Circulante	2.786			

b. Subsidiárias

	Bancoob DTVM		Cabal		Consórcio Ponta		Bancoob Par	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Passivo	1.426	3.321	9.887	23.203	13.646	9.035	473	-
Depósitos à vista	4	13	6.287	2.988	147	97	1	-
Depósitos a prazo	1.422	3.308	76	20.215	13.499	8.938	472	-
Valores a pagar	-	-	3.524	-	-	-	-	-
Despesas	128	191	19.029	14.578	836	485	925	-
Despesas de captação	128	191	62	1.299	836	485	925	-
Despesas com cartão	-	-	18.967	13.279	-	-	-	-
Receitas	-	-	8	-	-	-	-	-
Receitas com cartão	-	-	8	-	-	-	-	-

c. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. Nas assembleias gerais de acionistas, realizadas anualmente, é estabelecida a remuneração máxima agregada para o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva.

A remuneração paga ou a pagar aos diretores e conselheiros está demonstrada a seguir:

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2016	2015	2016	2015
Encargos	827	813	1.253	1.117
Honorários	3.067	2.674	4.762	3.558
Seguros	43	55	60	69
Planos de aposentadoria e pensão	136	61	216	82
Total	4.073	3.605	6.291	4.826

22. Outras informações

a. Acordos de compensação entre ativos e passivos com mesma instituição financeira

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 3.263/05, o Bancoob possui aplicações em instituições financeiras em que se permite a compensação com captações da mesma titularidade. Os valores a receber e a pagar estão demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo.

Os montantes sujeitos à compensação estão resumidos a seguir:

Descrição	BANCO		CONSOLIDADO	
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor líquido	
Aplicações/Captações	3.831.839	2.971.101	860.738	
Descrição	Valor a receber	Valor a pagar	Valor líquido	
Aplicações/Captações	3.557.009	2.919.548	637.461	

b. Seguros

O Bancoob adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade.

c. Garantias prestadas

As garantias concedidas às cooperativas integrantes do Sicoob, mediante encargos financeiros, relativas a avais e fianças totalizam, em 30 de junho de 2016, R\$ 5.758 (2015 - R\$ 3.995).

d. Benefícios a empregados

Previdência complementar

O Bancoob é patrocinador da Fundação Sicoob de Previdência Privada - Sicoob Previ, constituída em novembro de 2006, que proporciona aos seus participantes e dependentes benefícios de previdência, complementares aos da previdência oficial básica, na modalidade de contribuição definida.

Em 30 de junho de 2016, a Sicoob Previ contava com 430 participantes ativos (2015 - 383), cuja contribuição totalizou R\$ 1.128 (2015 - R\$ 450).

e. Participação nos lucros

O Bancoob oferece a seus funcionários participação nos lucros (PLR), calculada conforme Acordo Coletivo de Trabalho. Até 30 de junho de 2016, foram provisionados os valores de R\$ 2.418 (2015 - R\$ 2.440), consolidado R\$ 2.497 (2015 – R\$ 2.487), registrado em Provisão para Participações nos Lucros.

f. Fiscalização

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais competentes durante prazos prescricionais variáveis, consoante legislação específica aplicável.

g. Bancoob Participações em Seguridade S.A.

O BANCOOB, motivado pelas oportunidades no mercado de seguros, pela capilaridade da rede de atendimento do Sicoob, bem como pelo desafio de atender as necessidades de seus associados, constituiu a Bancoob Participações em Seguridade S.A., com o objetivo de criar uma Companhia Seguradora de Vida e Previdência.

O processo de constituição da nova seguradora está em análise pela Superintendência de Seguros Privados – Susep. A expectativa é de que a Portaria que autoriza o funcionamento da nova Companhia seja expedida no 2º semestre de 2016.

23. Gerenciamento de riscos

a. Risco operacional

As diretrizes para gestão de risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento.

As perdas operacionais são comunicadas à Gerência de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados ao Colegiado da Diretoria e aos Conselhos de Administração e Fiscal.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006 e à Circular BCB 3.678/2013, encontram-se disponíveis no site do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco operacional e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

b. Riscos de mercado e de liquidez

O Bancoob aderiu à Política Institucional de Riscos de Mercado e de Liquidez, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. Cabe ao Bancoob a responsabilidade pela estrutura centralizada de gestão dos riscos de mercado e de liquidez, conforme previsto no art. 9º da Resolução CMN 3.464/2007 e no art. 8º da Resolução CMN 4.090/2012.

A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez do Bancoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos. A Política Institucional de Riscos de Mercado e de Liquidez define a adoção dos seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – *Value at Risk* para mensurar o risco de mercado;
- b) análise de descasamentos para avaliação de impacto na margem financeira;
- c) limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de *backtests* dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) limite mínimo de liquidez;
- f) projeção do fluxo de caixa para 90 dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de *stress*;
- h) planos de contingência.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados periodicamente por equipes de auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para promover melhorias no gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez.

Em cumprimento às Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012 e às Circulares BCB 3.678/2013 e 3.748/2015, encontram-se disponíveis no site do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

c. Risco de crédito

O Bancoob aderiu à Política Institucional de Risco de Crédito, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. Cabe ao Bancoob a responsabilidade pela estrutura centralizada de gestão do risco de crédito, conforme previsto no art. 9º da Resolução CMN 3.721/2009.

A estrutura centralizada de gestão do risco de crédito prevê:

- a) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- b) estimativa (critérios consistentes e mensuráveis) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- c) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- d) procedimentos para a recuperação de créditos;
- e) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- f) informações gerenciais periódicas para as entidades do Sistema.

Possui normas internas que incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

O risco de crédito avalia a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de obrigações financeiras nos termos pactuados, considerando a desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração da classificação de risco do tomador. O risco de crédito é mitigado a partir da utilização de modelos estatísticos visando manter a boa qualidade da carteira. O processo contempla o monitoramento da inadimplência e testes periódicos dos modelos, além do acompanhamento das classificações dos tomadores e das operações de crédito, em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

Como metodologia, o gerenciamento de riscos de crédito é suportado pelos seguintes componentes para a classificação de risco: Probabilidade de Descumprimento ou *Probability of Default* (PD): percentual que corresponde à probabilidade de descumprimento da classe de risco;

Perda Dado o Descumprimento ou *Loss Given Default* (LGD): percentual da perda econômica decorrente do descumprimento, considerados todos os fatores relevantes para recuperação do crédito;

Exposição ao Descumprimento ou *Exposure at Default* (EAD): corresponde ao valor da exposição da entidade perante o tomador ou contraparte no momento da concretização do evento de descumprimento.

Com base nesses componentes, estima-se a Perda Esperada (PE) do tomador, da seguinte forma:

PE = PD x LGD x EAD

Por sua vez, o percentual de perda (LGD) pode ser influenciado por características da operação devido às garantias que podem ser atribuídas. Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados periodicamente por equipes de auditoria interna e os resultados servem de insumo para a melhoria da gestão do risco de crédito.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.721/2009 e à Circular BCB 3.678/2013, encontram-se disponíveis no site do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco de crédito e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

24. Estrutura de gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital no Bancoob observa as diretrizes contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual o Bancoob aderiu formalmente por decisão da Diretoria e do Conselho de Administração.

Além de dispor de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos para o horizonte mínimo de três anos, as principais fontes e o plano de contingência, o Bancoob mantém um conjunto de metodologias que permitem identificar e avaliar os riscos relevantes inerentes às suas operações, de forma a manter capital compatível.

Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de capital é avaliado anualmente pela Auditoria Interna.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.988/2011, encontra-se disponível no site do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de capital.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 1º SEMESTRE DE 2016

Introdução

1. O Comitê de Auditoria do Bancoob é órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração, manifestando-se sobre as demonstrações contábeis e a efetividade do sistema de controles internos, do gerenciamento de riscos e das auditorias interna e independente.
2. Além do Banco Cooperativo do Brasil S/A – Bancoob, nos termos estatutários e regimentais, o Comitê de Auditoria atua nas seguintes empresas que compõem o Conglomerado Bancoob: Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. – Bancoob DTVM, Ponta Administradora de Consórcios Ltda. e Cabal Brasil Ltda.
3. A administração do Bancoob e as administrações das empresas que integram o Conglomerado são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e consistente e zelar pela conformidade às normas legais e regulamentares.
4. A Auditoria Interna realiza, de forma independente, trabalhos periódicos em todas as empresas do Conglomerado, de avaliação das ações de gerenciamento de riscos e da adequação e efetividade dos controles internos.
5. A PricewaterhouseCoopers (PwC) é a empresa de auditoria independente contratada para prestar serviços de auditoria das demonstrações contábeis do Bancoob e das empresas que integram o Conglomerado. Cabe à Auditoria Independente:
 - a) opinar sobre a adequação das demonstrações contábeis em relação à posição financeira e patrimonial, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e
 - b) avaliar a qualidade e adequação do sistema de controles internos, em conexão com os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, inclusive o sistema de gerenciamento de riscos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Atividades

6. O Comitê de Auditoria, no cumprimento das exigências legais e regulamentares:
 - a) promoveu, no 1º semestre de 2016, 6 reuniões ordinárias;
 - b) atuou com independência, sempre fundamentado pelas informações recebidas da administração, dos auditores independentes, dos auditores internos e dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e controles internos, e, ainda, pelas suas próprias convicções decorrentes de observação direta;
 - c) acompanhou o processo de preparação das demonstrações contábeis, avaliou os aspectos relevantes, a abrangência, conformidade e clareza das notas explicativas, examinou as práticas contábeis adotadas, os procedimentos utilizados para constituição de provisões e conheceu o teor do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas;
 - d) promoveu reuniões com a Diretoria e os Conselhos de Administração e Fiscal e, nas situações em que identificou oportunidades de melhoria, sugeriu aprimoramentos à instância competente;
 - e) acompanhou e avaliou os trabalhos de: Auditoria Interna; Auditoria Independente realizada pela empresa PricewaterhouseCoopers; gerenciamento dos riscos operacionais, de mercado, de liquidez e de crédito; prevenção à lavagem de dinheiro e gestão de continuidade de negócios; e
 - f) apresentou recomendações à administração, as quais constam das atas das reuniões, todas arquivadas e disponíveis para os órgãos de administração.

Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos

7. Em reuniões realizadas com as áreas responsáveis e por meio da análise das informações e documentos solicitados e disponibilizados pela administração, o Comitê de Auditoria avaliou aspectos relativos ao sistema de controles internos e gestão de riscos do Conglomerado, não tendo sido identificadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a organização.
8. No 1º semestre de 2016 não ocorreram comunicações sobre erros, fraudes ou descumprimento de dispositivos legais ou normativos, por meio dos canais de comunicação disponibilizados aos funcionários.
9. O Comitê de Auditoria considera que o sistema de controles internos e os processos relacionados à gestão de riscos são adequados ao porte e à complexidade do Bancoob e das empresas integrantes do Conglomerado, havendo esforço contínuo da administração para aprimorar os sistemas, processos e procedimentos.

Auditoria Independente

10. Os auditores independentes contratados – PricewaterhouseCoopers – PwC – apresentaram, nas reuniões mensais do Comitê de Auditoria, o resultado de seus trabalhos e aspectos contábeis relevantes, não tendo sido identificadas situações que possam afetar a objetividade e independência da auditoria.
11. O O Comitê de Auditoria considera satisfatórios os trabalhos realizados pela Auditoria Independente, que corroboram a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações contábeis consolidadas de 30/6/2016.

Auditoria Interna

12. Em conformidade com o planejamento anual aprovado pelo Conselho de Administração, a Auditoria Interna apresentou, nas reuniões mensais do Comitê de Auditoria, o resultado dos trabalhos realizados, não tendo sido identificados riscos residuais que possam afetar a solidez e continuidade do Bancoob e das empresas integrantes do Conglomerado.
13. O Comitê de Auditoria avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna.

Demonstrações Contábeis

14. Foram analisados os procedimentos de preparação dos balançetes e balanços, individuais e consolidados, das notas explicativas e dos relatórios financeiros publicados em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.
15. O Comitê de Auditoria conclui que as demonstrações contábeis consolidadas de 30/6/2016 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares e de acordo com as práticas adotadas no País, refletindo, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Conglomerado Bancoob naquela data, recomendando, assim, a aprovação pelo Conselho de Administração.

Brasília, 4 de agosto de 2016.

Rubens Rodrigues Filho Coordenador	Énio Meinen	Ricardo Simone Pereira
---------------------------------------	-------------	------------------------

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco Cooperativo do Brasil S/A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após examinar as demonstrações contábeis consolidadas referentes ao 1º semestre de 2016, o Relatório da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers –, declara que os atos da administração estão representados adequadamente, em todos os aspectos relevantes, nas demonstrações contábeis consolidadas examinadas, na posição patrimonial e financeira do Bancoob – Banco Cooperativo do Brasil S/A.

Brasília – DF, 9 de agosto de 2016.

Luciano Olimpio Guimarães Conselheiro Presidente	Jaqueline Azevedo Gomes Conselheira Secretária	Hermes Barbieri Conselheiro efetivo	Garibaldi Morteza Junior Conselheiro efetivo	Marcelo Martins Conselheiro efetivo
---	---	--	---	--

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas
Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob (“Bancoob” ou “Instituição”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob e suas controladas (“Consolidado”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2016, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração do Bancoob é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob e do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob e suas controladas em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Brasília, 9 de agosto de 2016

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5 "F" DF	Guilherme Naves Valle Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" DF
---	--



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Henrique Castilhanos Vilares - Presidente do Conselho
José Salvinio de Menezes - Vice-Presidente do Conselho
Gerardo Souza Ribeiro Filho – Conselheiro
Ivo Azevedo de Brito - Conselheiro
Luiz Gonzaga Viana Lage - Conselheiro
Manoel Messias da Silva – Conselheiro
Miguel Ferreira de Oliveira – Conselheiro
Neilson Ferreira de Oliveira - Conselheiro
Rui Schneider da Silva - Conselheiro

DIRETORIA

Marco Aurélio Borges de Almada Abreu - Diretor-presidente
Énio Meinen – Diretor
Ricardo Simone Pereira - Diretor
Rubens Rodrigues Filho - Diretor

CONTADOR

Primo João Cracco
CRC-SP 149.703/O – S – DF